Ana Mendonça[@,1,2]; Ulisses M. Azeiteiro[1,2]; Fátima Alves[3,4]

Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade: entre a globalização e a adoção de formas de racionalidade(s) inclusiva(s)

Mendonça, A.; Azeiteiro, U.; Alves, F. (2016). **Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade: entre a globalização e a adoção de formas de racionalidade(s) inclusiva(s).** Revista Sensos, Volume V, número 2.

Resumo

Numa época caracterizada pela omnipresente crise, os valores e as estruturas que suportaram a vida e o tecido social parecem declinar. À desorientação resultante, junta-se a necessidade de exploração de outras formas de pensar, de sentir, de agir e de viver, que abrem caminho entre a massificação própria de um mundo globalizado. Neste artigo, partimos de três eixos temáticos – felicidade, bem-estar e sustentabilidade, para analisar as consequências que decorrem do modelo epistemológico, económico e ético-político dominante, destacando a importância da recuperação dos saberes plurais e de formas de racionalidade não hegemónica, como as racionalidades leigas e as "Epistemologias do Sul".

Palavras chave: felicidade, bem-estar, sustentabilidade, racionalidade(s)

Abstract

At a time characterized by the omnipresent crisis, the values and structures which hold the life and the social fabric seem to decline, resulting in confusion and also in the need to explore other ways of thinking, feeling, acting and living. This opens a path through the massification of the globalized world. In this article, we set out from three themes - happiness, well-being and sustainability, to analyze the consequences of the epistemological, economic and ethical-political dominant model, highlighting the importance of the recovery of plural knowledge and of the ways to non- hegemonic rationality, such as the lay rationalities and the "Southern epistemologies".

[@] Corresponding author.
[1] Universidade Aberta, Departamento de Ciências e Tecnologia, Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 141 – 147, 1269-001 Lisboa, Portugal. e-mail: <ana_bijoias@hotmail.com>
[2] Centro de Ecologia Funcional, Universidade de Coimbra, Portugal. e-mail: <ulisses@uab.pt>
[3] Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 141 – 147, 1269-001 Lisboa, Portugal;
[4] Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais e Centro de Ecologia Funcional – Ecologia e Sociedade, Universidade de Coimbra e Universidade Aberta, Portugal. e-mail: <fatimaa@uab.pt>

Key words: Happiness, well-being/welfare, sustainability, rationalities

1 - Introdução

Ao virar do novo milénio, deparamo-nos com o desafio de responder às complexidades, contradições e inseguranças que permeiam as sociedades do nosso tempo. Um conjunto de temas e de questões de cunho existencial, político, económico e social preocupam atualmente os indivíduos, as sociedades, as instituições e os governos, num contexto de importante reflexão acerca dos pressupostos e fundamentos que têm orientado a vida, as ideias, as decisões e as práticas das sociedades contemporâneas, sobretudo no Ocidente.

Assumindo a necessidade de uma mudança paradigmática que permita colmatar o egoísmo, gerador de assimetrias e de injustiças, assim como, o imperialismo económico, cultural e epistemológico, e ainda, a degradação dos recursos do planeta e dos modos de vida tradicionais, propomo-nos analisar de que modo a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade se articulam e se evidenciam nessa mudança paradigmática, relacionando-se com saberes, práticas e racionalidades não redutíveis às formas de pensamento e de atuação dominantes. Para tal, há que compreender e decifrar a complexidade das dinâmicas sociais e os cenários em que os indivíduos se movem e atuam, em recortes específicos, sobretudo a nível local e regional[5].

2 - Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade

2.1 - A felicidade

Embora não seja tema recente nas sociedades ocidentais, a felicidade foi sendo preterida por noções como eficácia, produtividade e competitividade. Exacerbou-se a razão instrumental, a aptidão para tomar decisões, dominar e controlar (a natureza, os mercados, os outros), em detrimento das experiências não racionalizáveis. Devido à consciência da insuficiência da razão dominante, a busca da felicidade tornou-se uma prioridade nas sociedades atuais.

Vivemos tempos confusos e inquietantes: as grandes ideologias esmoreceram, o otimismo científico, económico e tecnológico transformou-se em ambiguidade. O egoísmo e o hiperindividualismo (Lipovetsky, 2011) não preenchem as lacunas que criaram - "penso em mim, mas sou infeliz".

A "felicidade paradoxal" (Lipovetsky, 2010) parte do consumismo na sua dupla vertente de "alívio" e de "peso" (o "hiperconsumismo"). Face ao desencanto e mal-estar

[5] O presente artigo inspirou-se na dissertação de Mestrado da sua autora, com o título "Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade: representações e racionalidades numa comunidade do Nordeste Transmontano", defendida na Delegação do Porto da Universidade Aberta a 22/12/2014.

resultantes da globalização, várias correntes tentam o equilíbrio possível entre o crescimento económico, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável (Dolan et al., 2006; Kjell, 2011; Branco et al., 2006, Chossudovsky, 2003); o cumprimento de direitos humanos e laborais e as necessidades produtivas da economia de mercado (Farber, 2011; Singer, 2011); a manutenção dos direitos civis e as exigências das democracias representativas. A gestão da saúde (física, mental, psicológica) equilibra-se – por vezes, debilmente - com as demandas de tempos caracterizados pela não permanência.

Embora se encontrem inúmeras respostas para o que seja a felicidade, parece que uma vida feliz é uma vida com significado, em que os sujeitos coabitam pacificamente consigo e com os demais e entendem que têm um lugar no mundo (Ricard, 2007). Para além do bem-estar que convoca, relaciona-se também com a sustentabilidade. A felicidade sustentável é entendida como não egoísta e define-se no respeito pelos outros, pelo ambiente e pelas gerações futuras (O´Brien 2005, 2007).

De entre as incontáveis definições de felicidade, podemos descrevê-la, em termos gerais, como "emoção básica caracterizada por um estado emocional positivo, com sentimentos de bem-estar e de prazer, associados à perceção de sucesso e à compreensão coerente e lúcida do mundo." (Ferraz et al., 2007, p.1).

Ainda assim, o entendimento daquilo sobre o que falamos quando nos referimos à felicidade varia em função das diferenças culturais e das mudanças históricas, tanto em termos dos estados subjetivos, como em termos coletivos. Estudos realizados (Lu & Gilmour, 2004; Oishi et al., 2013), dão conta que Ocidente e Oriente diferem significativamente nas suas conceções de felicidade.

A inclusão da felicidade em escritos de cariz político iniciou-se na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, a par com outros direitos inalienáveis, como o direito à vida, à igualdade e à liberdade, e tem figurado em documentos estruturantes desde essa altura.

2.2 - O Bem-Estar

O bem-estar - *well-being*, em inglês – relaciona-se com uma vida feliz e preenchida e analisado num vasto leque de contextos, sendo frequentemente associado ao nível mínimo de conforto e dignidade de que os indivíduos devem usufruir. Os estados e governos são impelidos a prover as ajudas necessárias para tal. Esse papel é igualmente desempenhado, em especial nos países menos desenvolvidos, por ONG e grupos religiosos (a nível formal), e ainda, pelas solidariedades primárias (a nível informal).

Embora compreenda uma vertente subjetiva (o SWB - *Subjective Well-Being*), respeitante ao modo como as pessoas individualmente avaliam as suas vidas em termos

emocionais e cognitivos (Diener et al., 2002), o bem-estar tem sido medido também em termos coletivos, associado a parâmetros como a Qualidade de Vida, que engloba não apenas o usufruto de riqueza material, mas também o emprego, a saúde física e mental, o ambiente construído, a educação, o lazer e a necessidade de pertença social.

A World Health Organization (WHO), organismo coordenador das Nações Unidas (1946), sublinha que a saúde não é apenas a ausência de doença, mas o resultado global do bem-estar em termos físicos, mentais, sociais e culturais, constituindo um direito fundamental de todos os seres humanos. O bem-estar aparece, frequentemente, ligado à felicidade.

2.3 - A Sustentabilidade

O termo sustentabilidade começou a delinear-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on Human Environment*-UNCHE), em Estocolmo, em junho de 1972, onde se produziu a "Declaração de Estocolmo". O objetivo era promover políticas de alcance internacional e ações que ajudassem a reverter a degradação ambiental e a poluição e que minorassem as discrepâncias sociais e o fosso entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

Em 1980, a IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources), a UNEP (United Nations Environment Programme), a WWF (World Widlife Fund) e a UNESCO prepararam a *World Conservation Strategy, Living Resource Conservation for Sustainable Development*, traçando as linhas do desenvolvimento sustentável nos seus três eixos fundamentais -económico, social e ambiental - e sublinhando a necessidade de conservação e preservação dos recursos como forma de garantir a integridade do Planeta e a continuação de vida na Terra.

Contudo, é apenas em 1987, que a *United Nations World Comission on Environment and Development* (WCED), publica o relatório *Our Commun Future*, conhecido como Relatório Brundtland, formalizando o que tinha sido delineado pela *World Conservation Strategy*. Havia que colocar o ambiente como prioridade na agenda política internacional, discutir as implicações entre ambiente e desenvolvimento, erradicar os padrões de insustentabilidade, consciencializar os indivíduos, as ONG, os governos e as empresas para problemas como a redução da pobreza, a igualdade de género, a correta distribuição da riqueza, destacando a preocupação com as gerações futuras e o desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland preparou a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano – Rio-92. Discutiram-se estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável a nível mundial, através da alteração dos padrões de consumo, do combate eficaz à pobreza e promoção da saúde, conservação dos recursos e preservação dos

ecossistemas. A Agenda 21 foi emanada da Cimeira Rio-92. Exigia-se repensar os paradigmas vigentes e as coordenadas subjacentes às ideias de progresso e de desenvolvimento (UNSD, 1992). A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ou *Millennium Development Goals* (UN, 2000) veio complementar e ajustar o que tinha sido inicialmente delineado pela Agenda 21.

Embora as noções de bem-estar e de sustentabilidade se encontrem ligadas, enquanto o bem-estar está mais voltado para as necessidades do presente, a sustentabilidade dirige-se o futuro. Por isso, é fundamental potenciar um *stock* de capital não declinável ao longo do tempo (Solow,1991) e manter intacto o capital total (Neumayer,2004), que inclui o capital manufaturado, o capital humano, o capital natural e o capital social. Note-se que a sustentabilidade não é um conceito estático mas um fenómeno complexo e multidisciplinar.

2.4 – Indicadores e Índices de Felicidade, de Bem-Estar e de Sustentabilidade

A relevância dos três eixos que enunciámos tem sobressaído e resultou na criação de um conjunto de indicadores e de índices, emanados por diversas entidades. Destacaremos apenas alguns, pela sua pertinência e atualidade.

2.4.1 – Indicadores e Índices de Felicidade

O Índice do Planeta Feliz (IPF) foi introduzido pela *New Economics Foundation* (NEF), no Reino Unido, em 2006. Avalia a eficiência com que o bem-estar humano e a felicidade são obtidos a nível global, por país ou grupo de países, a partir da gestão dos recursos finitos do Planeta. Para tal, cruza três indicadores *per capita*, que são o grau de satisfação dos habitantes em cada país, a sua esperança média de vida e a sua pegada ecológica.

Elaborado pelo Centro de Estudos do Butão, e como alternativa ao PIB, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) mede a qualidade de vida e o progresso social de modo mais holístico e a longo prazo. Reconhecendo que a felicidade dos cidadãos pode ser mais importante do que os ganhos económicos, o governo do Butão adotou oficialmente o FIB em 2008. Tem sido amplamente adaptado aos países ocidentais.

2.4.2 – Indicadores e Índices de Bem-Estar

A partir da cimeira Rio-92 houve a necessidade de repensar o modelo económico vigente e o paradigma de crescimento a ele associado, sendo que os indicadores existentes como o PNB - Produto Nacional Bruto - e o PIB, privilegiavam a perspetiva económica e de bem-estar associado.

O PIB é um dos indicadores mais usados. Traduz os bens e serviços finais produzidos no seio de uma determinada economia e assume-se como um dos principais indicadores de diagnóstico do desempenho global dessa economia.

O PNB compreende a soma de bens e serviços finais produzidos pelos cidadãos no seu país e no estrangeiro, normalmente no período de um ano civil. Ganhou bastante peso político e consideração como indicador de crescimento.

Os indicadores económicos revelaram-se, por vezes, redutores e insuficientes, por não darem indicações precisas de sustentabilidade. Deste modo, o desgaste e insuficiência do PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento, conduziu a que a no final dos anos 80 e início dos 90, do século XX, as Nações Unidas criassem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990. Enquanto o PIB mede o desenvolvimento económico de um país, o IDH mede o seu desenvolvimento humano e social.

2.4.3 – Indicadores e Índices de Sustentabilidade

Ainda na sequência da cimeira Rio-92, Wackernagel e Rees (1995) trouxeram um grande contributo à instauração de indicadores de sustentabilidade ao delinear academicamente a Pegada Ecológica, que mede o impacto das atividades humanas relacionando-as com a área bioprodutiva requerida, equacionando os recursos disponíveis e os resíduos produzidos face à capacidade de regeneração da Terra.

As Poupanças Genuínas é um indicador concebido pelo Departamento Ambiental do Banco Mundial para demonstrar a taxa de riqueza nacional, incluindo o capital natural e o capital humano, destruído ou criado. Mede a taxa das poupanças numa determinada economia, depois dos investimentos no capital humano, depleção dos recursos naturais e danos causados pela poluição.

3 – O Mundo Globalizado

3.1 – Sentidos e Consequências da Globalização

A globalização é um fenómeno atual, complexo e irreversível. Tomou conta das nossas vidas de modo por vezes impercetível, mas bem real. Gregory et al., em *The Dictionary of Human Geography* (2009), entendem a globalização como processo inevitável e incessante de integração, alimentado pelo capitalismo de mercado livre e pelo neoliberalismo.

Contrariamente ao que possa pensar-se, a génese da globalização não é recente. Foi iniciada pelos Portugueses, Espanhóis, Ingleses e Franceses, aquando da Expansão Marítima. Contudo, intensificou-se e alastrou com a Revolução Industrial, o comércio livre e a criação dos

estados democráticos. Em termos socio-filosóficos, está ligada ao Iluminismo e apogeu do pensamento racionalista, aos avanços técnico-científicos e à conceção de sociedades igualitárias.

Giddens (2006) considera que "estamos a viver um período histórico de transição muito importante" (Giddens, 2006, p.15), sendo que as mudanças não se confinam a uma região ou país, mas dizem respeito a todo o Planeta. Contrariamente ao mundo estável e previsível que alguns anteviram, assistimos a um mundo "virado do avesso", com "situações de risco (…) que nenhuma geração anterior teve de enfrentar". (Giddens, 2006, p.16). A globalização é sobretudo dirigida pelo modelo tecnológico, científico e cultural ocidental e está a "reestruturar as nossas formas de viver" (Giddens, 2006, p.17). Somos remetidos para ideias, conceções, valores e comportamentos massificados, que afetam tanto a vida individual e social, como os acontecimentos e decisões à escala planetária.

Sendo um fenómeno ambivalente, a globalização tanto permite o acesso a locais, bens e serviços antes inimagináveis e a conquista de direitos laborais, humanos e civis, como pode conduzir, pela sua voracidade, à perda de identidade, dos saberes e dos modos de vida tradicionais, esmagando as formas de racionalidade não dominante. Sousa Santos (2006, p.393) adverte que muitas das enormes mudanças trazidas pela globalização a nível planetário não são positivas, traduzindo-se num aumento das desigualdades entre países e no interior dos mesmos, desastres ambientais, conflitos étnicos, migrações em massa, emergência de novos estados enquanto outros colapsam, proliferação de guerras civis, limpezas étnicas, crime organizado, terrorismo, militarismo, etc..

Já Baudrillard (2003) tinha destacado que o terrorismo de hoje não é especialmente produto da tradição anárquica, nem do *nihilismo* ou do fanatismo; é antes parceiro da globalização.

Saad-Filho & Johnston (2005) sublinham a relação estreita entre o neoliberalismo, a globalização e o imperialismo, que, a seu ver, está bem vivo, por exemplo, no afã norte-americano de "civilizar" o mundo e dominá-lo economicamente, através das grandes corporações e empresas multinacionais.

Bourdieu & Wacquant (2001) denunciam um novo tipo de imperialismo, com uma linguagem exclusiva (*NewLiberal Speak*) e efeitos mais poderosos e perniciosos, que instalando uma nova ordem, quer romper com as conquistas sociais, laborais e económicas anteriores. Este tipo de imperialismo, também cultural, apresenta-se como "violência simbólica", na medida em que se universalizam pressupostos teóricos e modelos, "impondo-os" como ortodoxia. Essa "formatação" influencia, inclusivamente, organizações internacionais supostamente neutras, como o Banco Mundial, o FMI, a Comissão Europeia ou a OCDE.

3.2 – Sociedades Urbanizadas, Massificadas, Mestiças e de Consumo

Santos (2012) refere que "o surgimento de uma população humana fortemente globalizada é provavelmente o facto social à escala mundial mais importante da segunda metade do século XX." (Santos, 2012, p.53). Simultaneamente, o crescente êxodo rural transforma cidades da Ásia, de África e da América do Sul em metrópoles desordenadas, caóticas e sobrepovoadas, onde imperam a poluição, a falta de condições de higiene e de salubridade, o desemprego, a mendicidade, o crime organizado e as redes de tráfico.

Na reinvenção do espaço público sobressaem os pilares em que assenta a nossa época: cultura, democracia, consumo (Cabral et al., 2008). Por isso, multiplicam-se as iniciativas de promoção de uma cidadania ativa, de participação e de governança democrática. As sociedades contemporâneas são, efetivamente, maioritariamente urbanas, massificas, mestiças e de consumo. É difícil escapar à magia que a publicidade, auxiliada na atualidade pelo poderosíssimo *neuromarketing*, exerce sobre os indivíduos e as sociedades. Portugal não constitui exceção. O que se compra e como se compra, é aliás, um dos critérios mais importantes para medir a diferenciação social (Ribeiro, 2008, p.1). Começa, no entanto, a destacar-se a importância de se cultivarem estilos de vida e padrões de consumo sustentáveis, que possam ir ao encontro das necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida das populações, minimizando o uso dos recursos naturais e dos poluentes, e evitando os desperdícios. Estas ações são fundamentais quando equacionamos as gerações futuras.

Michel Serres (1994) assume, na era do global, o sujeito, e por inerência, a educação, como abertura à descoberta da alteridade alargada, à diversidade cultural e portanto, à mestiçagem. Contudo, nem sempre a mestiçagem é bem-sucedida. Não obstante, Cuche (1999) apoia-se em Sapir para referir que o processo de trocas culturais e a própria aculturação resultante, não significam a pura conversão de uma cultura a outra. Nesta linha, Herskovits (1948, 1955) vem propor um novo conceito - o de "reinterpretação" - que sintetiza o modo como cada grupo cria novas sínteses culturais a partir de influências exógenas.

4 – A "Falência" da Racionalidade Dominante, a Recuperação de Saberes e Práticas e a Necessidade de Modelos de Racionalidade(s) Inclusiva(s)

Durante muito tempo, a confiança depositada na racionalidade hegemónica, herdeira do Iluminismo e da Revolução Científica e Tecnológica, criadora de um modelo epistemológico, axiológico e político que permitisse a autonomia, os direitos fundamentais e a capacidade de dominar a natureza, foi inabalável. Progressivamente, as promessas dessa razão instrumental e o excessivo otimismo relativamente às suas conquistas, culminaram na crise dos fundamentos ideológicos, políticos, económicos e técnico-científicos da atualidade.

A razão dominante excluíra todas as formas de racionalidade que escapassem ao seu alcance e *modus operandi*. Remeteu para o silêncio os saberes e práticas ancestrais, considerados fruto da ignorância e avessos ao progresso; entre eles, os conteúdos místico-religiosos, mágicos, a linguagem poética, os saberes populares e as racionalidades leigas.

As racionalidades leigas são um terreno amplo que admite formas de conhecimento oriundas de vários campos, num processo de compreensão e de produção de sentido(s), muitas vezes em paralelo com as formas de racionalidade e de poder dominantes, ou talvez, complementando-as, porque estão mais perto de universos simbólicos e culturais locais. Consequentemente, juntam-se a outras influências na produção de significações e interpretações coletivas. Portanto, "as racionalidades leigas (…) no Ocidente, continuam a incorporar formas de conhecimento com as suas classificações, representações e saberes provenientes de vários campos, onde se inclui a ciência a par da religião, da moral, da magia, enfim, da cultura." (Alves, 2011, p.88).

Tem havido um interesse crescente no estudo das racionalidades e dos saberes leigos - aqueles que não são exatamente periciais, ou "pilar epistémico de regulação social" (Clamote, 2011, p.79), mas encarnados nas experiências e vivências dos sujeitos, talvez pelo modo como afetam a ação individual e coletiva e as práticas, ou porque são criadores de sentidos plurais e de material com elevado interesse epistemológico, sociológico, cultural e até ambiental. Todavia, não possuem uma dimensão global; desenvolvem-se sobretudo localmente, em comunidades enraizadas no seu meio físico e social, com o qual mantêm uma relação de proximidade (os ciclos das colheitas, dos animais, das estações).

Em *The Clash of Civilizations*, o cientista político Samuel Phillips Huntington (1993, 1996) faz referência a uma nova ordem mundial pós Guerra Fria, salientando a identidade cultural e religiosa dos povos como fonte primária de conflito, ao invés das questões ideológicas. O Ocidente deveria precaver-se fortalecendo-se culturalmente, abandonando os seus ideais de universalismo democrático e de intervencionismo militarizado. Huntinton adverte-nos para o choque civilizacional que caracteriza o nosso tempo – que não é apenas inter mas também intra civilizacional – e para a necessidade de repensar o nosso modelo geopolítico, cultural e de racionalidade.

Sousa Santos destaca, por um lado, os que comandam os processos de criação e de destruição, ou seja, os autores da globalização hegemónica, por outro lado, os que sofrem as consequências destes processos e modos de atuação, isto é, " a esmagadora maioria da população mundial, que neste momento sofre a exclusão, a desigualdade, a polarização entre ricos e pobres." (Sousa Santos, 2001, p.15). Assim, nesta fase importante de "transição paradigmática" (Sousa Santos, 2001, p.15), é fundamental questionar qual o melhor conhecimento que possa adaptar-se à turbulência e à agitação, uma vez que "o pensamento

estabilizado de outras eras" (Sousa Santos, 2001, p.15) se tem mostrado infrutífero e desadaptado. Por outro lado, Sousa Santos (2011) aponta a necessidade imperativa de "desmercadorizar", no sentido de rejeitar e retirar importância ao consumo voraz e à economia de mercado, que dariam forma a uma sociedade de mercado, onde tudo tem um preço e se pode comprar ou vender.

Gilles Lipovetsky (2010, 2010a, 2010b, 2011) tem sido outra voz sonante no que toca ao exame reflexivo acerca dos fundamentos das sociedades contemporâneas. No seu entender, uma nova modernidade surgiu ao longo da segunda metade do século XX, uma civilização assente no desejo e orientada pelo capitalismo de consumo. Contudo, nas últimas décadas, essa sociedade de consumo exacerbou-se e adquiriu outros contornos, dando origem a sociedades hiperconsumistas, enquadradas pelos "tempos hipermodernos" (Lipovetsky, 2011). Neste modelo, predomina o individualismo e a busca do prazer ou hedonismo (do grego, *hedonê*).

Vive-se a ilusão da evasão da realidade, a promessa de felicidade que a publicidade advoga e explora, mas rapidamente se esgota esse prazer efémero de possuir, e por isso, há que eternizá-lo até ao limite (Lipovetsky, 2010). Todavia, essa felicidade prometida é em si mesma paradoxal, porque nunca consegue ser completamente satisfeita, já que na sua base está uma existência plástica, artificial, efémera. A aura de *glamour* e as promessas mais ou menos veladas dão origem ao cansaço, à ansiedade e à insatisfação permanente e quotidiana (Lipovestsky, 2010, 2011). A aquisição, por vezes compulsiva, de objetos – de que o fenómeno *hoarding* é exemplo máximo – não consegue preencher o vazio que ajuda a gerar. Lipovetsky (1989) refere que a nossa é, em consequência, a "Era do Vazio".

Há, pois, que rever e repensar a *práxis* humana, ao nível da ação singular e coletiva, bem como, os seus fundamentos, tendo em conta os contornos complexos e multifacetados das realidades contemporâneas. Em suma, trata-se de dar espaço aos saberes plurais, rivais da racionalidade hegemónica, às racionalidades leigas e às "Epistemologias do Sul" (Sousa Santos, 2004, 2007; Sousa Santos & Meneses, 2009), ou seja, todos aqueles pressupostos ontológicos, epistemológicos e existenciais remetidos para a "sombra" e ofuscados pela luz fulgurante da dominante racionalidade ocidental.

As Epistemologias do Sul não desdenham outras práticas nem as racionalidades provenientes de diferentes universos culturais. E, se "a diversidade epistemológica do mundo é virtualmente infinita" (Sousa Santos, 2004, p.12), não tem sentido "aprisionar" essa diversidade profícua num modelo dominante, devendo-se outorgar validade e utilidade a outros modos de saber e de conhecer.

Tempo depois do colonialismo, o "Norte" continua a ter prevalência hierárquica e a manter referências próximas do imperialismo de outros tempos. A relação colonial de

subserviência e de exploração continua bem patente, e não assume apenas contornos políticos ou económicos. Na verdade, a matriz cultural global é ocidental, assim como a matriz epistemológica, axiológica e ética. A multiculturalidade não foi devidamente cultivada ao longo da História, nem sequer tolerada. Por isso, "varreram-se" para o esquecimento ou mesmo para a supressão, formas de saber locais, mundivisões e práticas ancestrais (Sousa Santos, 2004; Sousa Santos & Meneses, 2009). As Epistemologias do Sul denunciam o sofrimento, a exclusão e o silêncio dos povos oprimidos e dominados pela postura etnocêntrica do conhecimento do mundo, do entendimento da realidade, da organização e das práticas sociais.

Se o mundo é diverso, há que promover um pluralismo epistemológico que reconheça as múltiplas visões que contribuem para o enquadramento racional global, as ações, práticas e políticas alternativas. Não estão em causa os incontáveis benefícios das aquisições técnico-científicas, mas tão-só o reconhecimento da não omnipotência do modelo ocidental. O monopólio da ciência e da técnica tem de consciencializar-se dos vários problemas que criou e não pode impedir o reconhecimento de outras formas de conhecer, de fazer e de intervir no real.

A injustiça social global está, pois, amplamente ligada à injustiça cognitiva global, "de modo que a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento 'pós-abissal'" (Sousa Santos, 2007, p.3), cujos princípios possam assentar numa "ecologia de saberes" (Sousa Santos, 2007, p.3). A ecologia de saberes deve superar a separação fragmentária entre "este lado da linha" e o "outro lado da linha", onde aquilo que se produz não tem eco nem conta como realidade relevante - "Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos …" (Sousa Santos, 2007, p.5).

Portanto, a reação ao pensamento abissal e a criação de um "pensamento pós abissal", faz-se acompanhar pela resistência política, cujo postulado é a resistência epistemológica. Há que aprender com o Sul e confrontar a "monocultura da ciência moderna" (Sousa Santos, 2007, p.22). Desenvolver uma ecologia de saberes porque se assume a pluralidade de conhecimentos heterogéneos que caracterizam a diversidade humana.

Concomitantemente, há que repensar os modelos e as estratégias da educação formal, uma vez que, independentemente das mais-valias que possa ter aportado, tem contribuído para espartilhar saberes e para operar cisões fraturantes, quando deveria promover a multidisciplinariedade, a complementaridade epistemológica e a amplitude de perspetivas. Assim, a via para uma saudável articulação entre felicidade, bem-estar e sustentabilidade não é uma mudança paradigmática exclusivamente política e económica, mas também gnoseológica, cultural e pedagógica. Apostar na educação formal e informal e caminhar no sentido de uma globalização inclusiva e do reconhecimento de uma pluralidade epistemológica efetiva,

empoderando os indivíduos e os grupos, sobretudo os mais fragilizados e/ou em risco de exclusão, sobretudo a nível local e regional.

Conclusão

Verificámos que a razão dominante, bastião da atuação política, económica e científica do Ocidente, não respondeu satisfatoriamente a algumas questões humanas fundamentais nem a problemas que ela própria criou, ao mesmo tempo que se impôs de forma dominadora e esmagou modos de ser, de viver e de pensar que não se vergaram aos seus domínios. Ajudou, assim, a agudizar as assimetrias, os problemas socais, as desigualdades económicas e a destruição ambiental. O desgaste e a insatisfação resultantes sublinham a necessidade de um posicionamento diferente e de "outras linguagens".

Sousa Santos (1996) refere que assistimos a uma "nova constelação de sentido" que atinge o paroxismo no ciberespaço: "A condição da nossa condição é estarmos num período de transição." (Sousa Santos, 1996, p.19). Este período de transição não pode significar um regresso literal ao passado e a negação do futuro, mas talvez deva ser uma redescoberta, um sinal de continuidade evolutiva porque, "se a modernidade desarma o passado da sua capacidade de irrupção e de revelação para a entregar ao futuro, o presente kafkiano desarma o futuro dessa capacidade. O que irrompe no presente kafkiano é errático, arbitrário, fortuito e pode mesmo ser absurdo." (Sousa Santos, 1996, p.20).

Hoje, ressurge a necessidade de recuperar a memória e os gestos, as tradições, os saberes, o imaginário coletivo e distintivo do que somos. Saber qual é o nosso lugar na espiral de um tempo hermético, sem passado, porque tudo é "líquido" (Bauman, 2009). E saber se essa recuperação do que somos nos pode tornar mais felizes, mais equilibrados, física e mentalmente mais saudáveis e potenciar o cuidado e o respeito necessários para podermos (con)viver harmoniosamente com os nossos semelhantes, as outras espécies e a própria natureza. A não ser assim, poderá tornar-se muito difícil a nossa continuidade enquanto espécie e a vida tal como a conhecemos.

Afigura-se, assim, imperativo o respeito por elementos não imediatamente racionalizáveis - mas nem por isso, irracionais - na construção de sentidos e de significados que extravasam a mera ordem da informação e da linearidade científica, ajudando a construir formas de entendimento, de conhecimento e de atuação mais amplas e mais ricas. Em última instância, trata-se de saber como poderemos ter vidas mais preenchidas e felizes, sociedades mais equilibradas e modelos socio – políticos e económicos mais justos.

BIBLIOGRAFIA

-ALVES, F. (2011), A Doença Mental Nem Sempre é Doença: Racionalidades leigas sobre saúde e doença mental, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-36-1133-5.

-ARENDT, H. (1958) [2001], A Condição Humana, Lisboa, Relógio D´Água. ISBN: 972-708-637-3.

-BAUDRILLARD, J. (2003), "The Violence of the Global". Tradução de François Debrix. Disponível em http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=385#_edn1. [Consultado em 09-12-2014].

-BAUMAN, Z. (2009), Europa Líquida-Entrevista de Giuliano Battiston, Funchal, Nova Delphi. ISBN: 978-989-8407-99-3.

-BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2001), "NewLiberal Speak: notes on the new planetary vulgate", Radical Phylosophy 105, janeiro/fevereiro de 2001, pp.2-5. Disponível em http://loicwacquant.net/assets/Papers/NEOLIBERALNEWSPEAK.pdf. [Consultado em 09-12-2014].

-BRANCO, M.C.; CARVALHO, M.L.S.; REGO, C. (eds) (2006), Economia com Compromisso- Ensaios em Memória de José Dias Sena, Edição Centro de Estudos e Gestão Avançada em Gestão CEFAG da Universidade de Évora, ISBN: 972-778-092-X.

-CABRAL, M.V.; SILVA, F. C. da; SARAIVA, T. (org.) (2008), Cidade & Cidadania. Governação Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Socais da Universidade de Lisboa. ISBN: 978-972-671-230-5.

-CHOSSUDOVSKY, M. (2003), A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial, Lisboa, Editorial Caminho, ISBN: 9789722115827.

-CLAMOTE, T.C. (2011), "Que Saberes, em que Diálogo(s), nas Trajectórias de Representação Regulatória das Associações de Doentes?" e-cadernos CES, 11, pp.79-103. Disponível em http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos11/II%20-%20Telmo%20Costa%20Clamote.pdf. [Consultado em 11-12-2014].

-CUCHE, D. (1999), A Noção de Cultura nas Ciências Sociais, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração. ISBN: 85-86259-59-4.

-DIENER, E.; OISHI, S. & LUCAS, R. E.(2002), Subjective Well-being: the science of happiness and life satisfaction, Oxford Handbook of Positive Psychology, 2ª edição, Oxford e Nova York, Oxford University Press. ISBN: 978-0-19-518724-3.

-DOLAN, P.; PEASGOOD, T.; DIXON, A.; KNIGHT, M.; PHILLIPS, D.; TSUCHIYA, A.; WHITE, M. (2006), "Research on the Relationship Between Well-Being and Sustainable Development", Final Report for Defra, Tanaka Business School, Imperial College London, Centre for Well Being in Public Policy, University of Sheffield. Disponível em http://www.stopstanstedexpansion.com/documents/SSE18_Appendix_11.pdf. [Consultado em 11-12-2014].

-FARBER, D.A. (2011), "Law, Sustainability and the Pursuit of Happiness", Berkeley program in Law and Economics, Working Paper Series. Disponível em http://escholarship.org/uc/item/6289107q. [Consultado em 11-12-2014].

-FERRAZ, R.B.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M. L. (2007), "Felicidade: uma revisão", Revista de Psiquiatria Clínica, vol.34, nº5, pp.234-242. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000500005. [Consultado em 11-12-2014].

-GIDDENS, A. (2006), O Mundo na Era da Globalização, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 972-23-2573-6.

-HERSKOVITS, M.J. (1948), Man and his Works: The science of cultural anthropology, Nova Iorque, A.A. Knopf.

HERSKOVITS, M.J. (1955), Cultural Anthropology, Nova Iorque, A.A. Knopf.

-HUNTINGTON, S.P. (1993) "The Clash of Civilizations", Foreign Affairs, verão de 1993, pp.22-49. Disponível em http://edvardas.home.mruni.eu/wp-content/uploads/2008/10/huntington.pdf. [Consultado em 08-12-2014].

-HUNTINGTON, S. P (1996) The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order, Nova Iorque, Simon & Shuster. ISBN: 0-684-84441-9.

-IUCN; UNEP; WWF (1980), World Conservation Strategy, Living Resource Conservation for Sustainable Development, Gland, Suíça. ISBN: 2-88032-104-2.

-KJELL, O. (2011), Sustainable Well-Being: A Potential Synergy Between Sustainability and Well-Being Research, *Review of General Pshychology*, vol. 15, nº3, pp.255-266, American Psychology Association. Consultado a 28-02-2013.

-LIPOVETSKY, G. (1989), A Era do Vazio, Lisboa, Relógio D´Água. ISBN: 9789727083824.

-LIPOVETSKY, G. (2010), A Felicidade Paradoxal, Lisboa, Edições 70, ISBN: 9789724413549.

-LIPOVETSKY, G. (2010 a), O Crepúsculo do Dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos, Lisboa, D. Quixote. ISBN: 978-972-20-4068-6.

-LIPOVETSKY, G. (2010b) O Império do Efémero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas, Lisboa, D. Quixote. ISBN: 9789722041430.

-LIPOVETSKY, G. (2011), Os Tempos Hipermodernos, Lisboa, Edições 70, ISBN: 9789724416335.

-LU, L.; GILMOUR, R. (2004), "Culture and Conceptions of Happiness: Individual Oriented and Social Oriented SWB", Journal of Happiness Studies, 5, pp.269-291. Disponível em http://web.ba.ntu.edu.tw/luolu/Culture%20and%20conceptions%20of%20happiness%20Individual%20oriented%20and%20social%20oriented%20SWB.pdf.

[Consultado em 12-12-2014].

-NEF - New Economics Foundation (2012), "The Happy Planet Report Index: 2012 Report, A global index of sustainable well-being". Disponível em http://www.happyplanetindex.org/assets/happy-planet-index-report.pdf [Consultado em 04-12-2014].

-NEUMAYER, E. (2004), "Sustainability and Well-being Indicators, Research Paper nº 2004/23", United Nations University, WIDER – World Institute for Development Economics Research. Disponível em http://www2.lse.ac.uk/geographyAndEnvironment/whosWho/profiles/neumayer/pdf/Sustainabilitywellbeingarticle.pdf. [Consultado em 07-12-20134].

-O´BRIEN, C. (2005), "Planning for Sustainable Happiness: harmonizing our internal and external landscapes". Comunicação no âmbito de *Rethinking Development -2nd International Conference on Gross National Happiness*, Nova Escócia, Canadá, junho de 2005. Disponível em http://www.gpiatlantic.org/conference/papers/obrien.pdf.

[Consultado em 11-12-2014].

-O´BRIEN, C. (2007), "Policies for Sustainable Happiness". Comunicação no âmbito da *International Conference on "Policies for Happiness"*, Siena, Itália, 14-17 de junho de 207. Disponível em http://www3.unisi.it/eventi/happiness/curriculum/obrien.pdf. [Consultado em 30-11-2014].

-OISHI, S.; GRAHAM, J.; KESEBIR, S.; GALINHA, I.C. (2013), "Concepts of Happiness Across Time and Cultures", Personality and Social Psychology Bulletin, vol.39, nº5, maio 2013, pp.559-577. Disponível em http://www-

bcf.usc.edu/~jessegra/papers/OGKG.inpress.HappinessConcepts.PSPB.pdf. [Consultado em 07-12-2014].

- PNUD (UNDP) (2013), Human Development Report 2013 – The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World, Nova Iorque. ISBN: 78-92-1-126340-4.

-RICARD, M. (2007), (reed.) Happiness: a guide to developing life´s most important skill, Nova York, Little, Brown Company. ISBN: 978-0-316-16725-3.

-SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (2005), Neoliberalism: a critical reader, Londres, Pluto Press. ISBN: 0-7453-2298-0.

-SERRES, M. (1994), O Terceiro Instruído, Lisboa, Instituto Piaget. ISBN: 9789729295300.

-SINGER, P. (2011) A vida que podemos salvar – Agir agora para pôr fim à pobreza no mundo. Lisboa, Gradiva, ISBN: 9789896164317.

-SOLOW, R.M. (1991),"Sustainability, an Economist´s Perspective". Conferência proferida no âmbito do 18º J. Seward Johnson Lecture to the Marine Policy Center, Woods Hole Oceanographic Institution, Woods Hole, Massachusetts, 14 de junho de 1991. Disponível em http://www.owlnet.rice.edu/~econ480/notes/sustainability.pdf. [Consultado em 08-12-2014].

-SOUSA SANTOS, B. (1996), "A Queda do *Angelus Novus:* Para além da equação moderna entre raízes e opções", Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 45, maio de 1996, pp.5-34. Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/83_A%20queda%20do%20Angelus%20Novus_RCCS45.pdf. [Consultado em 09-12-2014].

-SOUSA SANTOS, B. (2001)," Seis Razões Para Pensar", Lua Nova, nº 54, pp. 13-24. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Porque%20pensar_Lua%20Nova_2001.pdf. [Consultado em 09-12-2014].

-SOUSA SANTOS, B. (2004), O Fórum Social Mundial: Manual de Uso, Madison, dezembro de 2004. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf. [Consultado em 10-12-2014].

-SOUSA SANTOS (2006), "Globalizations", Theory, Culture & Society, nº23, TCS Centre, Nottingham Trent University, Sage Publication, pp.393-399. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations_Theory_Culture_and_Society_2006.PDF. [Consultado em 11-12-2014].

-SOUSA SANTOS, B. (2007), "Para Além do Pensamento Abissal: duas linhas globais a uma ecologia de saberes", Revista Crítica de Ciências Socais, 78, outubro de 2007, pp.3-46.

Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf. [Consultado em 11-12-2014].

-SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (2009), Epistemologias do Sul, Coimbra, Almedina. ISBN: 978-972-40-3738-7.

- SOUSA SANTOS, B. (2011), Para uma Sociedade Melhor: Desmercadorizar, 06 de junho de 2011. Disponível em http://visao.sapo.pt/boaventura-sousa-santos-para-uma-sociedade-melhor-desmercadorizar=f605755. [Consultado em 07-12-2014].

-UNSD (United Nations Sustainable Development), (1992), United Nations Conference on Environment & Development, Agenda 21, Rio de Janeiro, 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf.

[Consultado em 10-12-2014].

-UNDP (United Nations Development Programme), (2012), The Power of Local Action – Lessons from 10 years of the Equator Prize, Equator Initiative. Disponível em http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems_and_biodiversity/local-action-for-sustainable-development-lessons-from-10-years1/. [Consultado em 08-12-2014].

-UNEP (United Nations Environment Programme), (1972), Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. Disponível em http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503. [Consultado em 10-12-2014].

-UNITED NATIONS (2000), Millennium Declaration, 08 de setembro de 2000. Disponível em http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm. [Consultado em 13-12-2014].

-URA, K; ALKIRE, S.; ZANGMO, T.; WANGDI, K.(2012), A Short Guide to Gross National Happiness Index, Thimphu (Butão), Centro de Estudos do Butão. ISBN: 978-99936-14-66-1.

-WACKERNAGEL, M. & REES, W. (1995), Our Ecological Footprint, Reducing human impact on the Earth, Philadelphia, New Society Publishers. ISBN: 9780865713123.

-WCED -World Comission on Environment and Development (1987) Our Common Future ("Brundtland Report"), transmitido à Assembleia Geral como anexo do documento A/42/427. Disponível em http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf. [Consultado em 07-12-20124].

-WHO – World Health Organization, (1946), Constitution of the World Health Organization. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/hist/official_records/constitution.pdf.

[Consultado em 12-12-2014].

Ana Maria Bijóias Mendonça